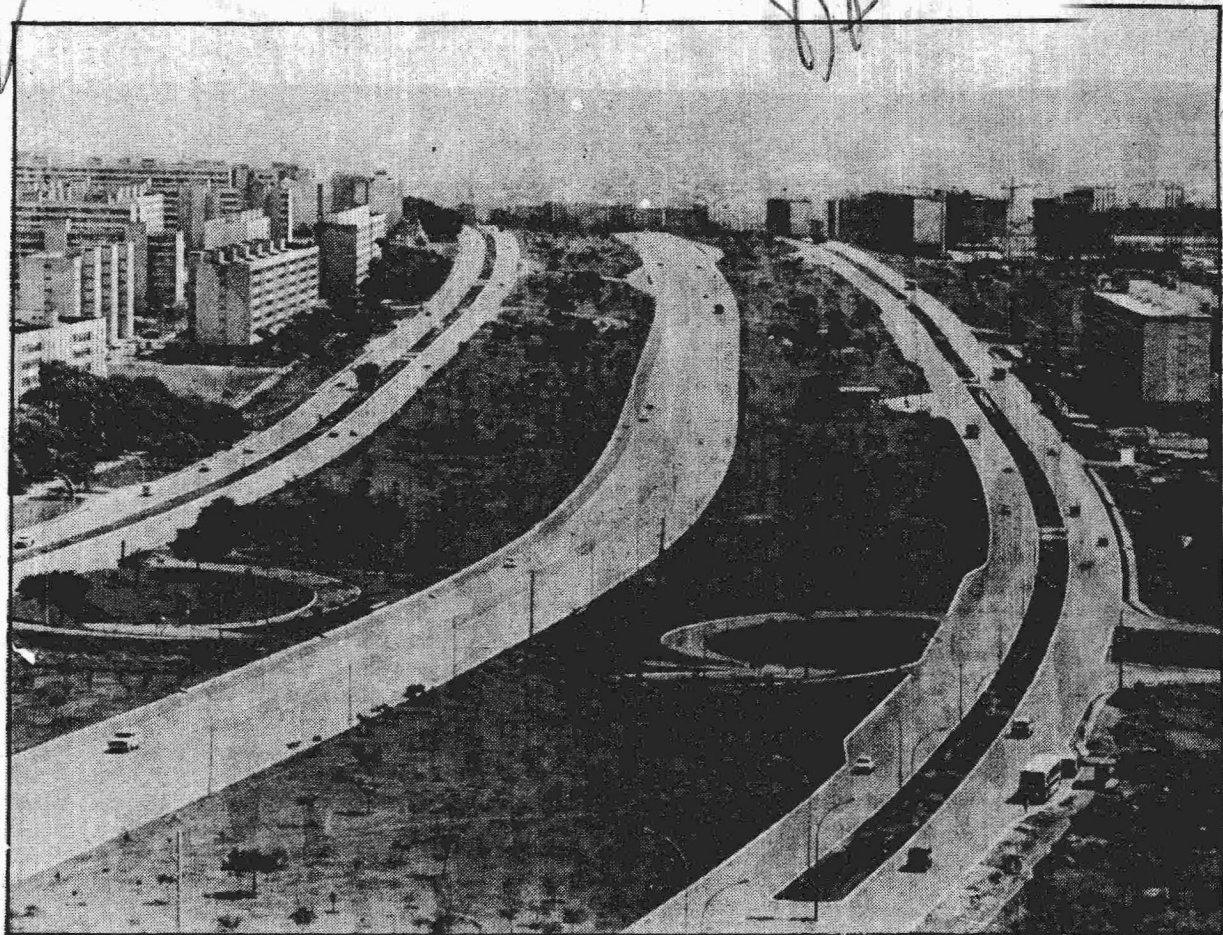




O projeto do GDF pretendia a utilização por parte de empresas públicas de áreas comuns da população

Áreas verdes

População protesta e retira projeto do Congresso Nacional

A questão certamente mais polêmica da gestão passada foi o projeto de Lei de "desafetação das áreas verdes", enviado ao Congresso Nacional no ano passado e retirado pouco depois por decisão do próprio governador Aimé Lamaison. Com isto pretendia-se alterar a destinação de certas áreas, possibilitando a construção de empresas públicas em locais destinados ao uso comum da população, conforme especificação do Código de Edificações de Brasília.

Mesmo considerando as justificativas do secretário de Viação e Obras, José Carlos Mello, de que não se pretendia vender essas áreas a particulares, a comunidade tinha um precedente que explicava seu receio: a criação de uma projeção não prevista na SQS 412, em local até então utilizado como área de lazer.

O GDF retirou o projeto e ficou aguardando sugestões para alterações, coisa que até um mês atrás não aconteceu. Até então não se notava também nenhuma disposição do governo em retomar a polêmica.

CAMPANHA

Há pouco tempo, um fato serviu para mostrar como a questão é complexa e envolve pressões de todos os sentidos: a Secretaria de Serviços Públicos elaborou um projeto para construção da rede de esgotos do Lago Sul e Norte, para cuja execução seria necessário o acesso de topógrafos na área

De todos os lados vozes se levantaram contra o projeto de desafetação de áreas verdes. Ao GDF restou retirar o projeto do Congresso. Outra luta, a dos "puxadinhos", continua a exigir da SVO uma ação mais enérgica pelo constante desrespeito ao Código

verde destas mansões, das quais um percentual não muito grande está com o local fechado por cercas-vivas.

As reações à notificação enviada pela Secretaria de Viação e Obras a estes moradores, no sentido de que eles derrubassem as cercas-vivas foram bastante variadas. No Lago Norte os moradores pediram a presença do superintendente da CAESB e do ex-secretário José Geraldo Maciel — ambos, durante reunião no Clube do Congresso, tranquilizaram a todos explicando que o objetivo era simplesmente fazer a medição do terreno e o que se desejava era simplesmente o acesso à área.

Dias depois, no entanto, uma campanha institucional, era lançada em vários veículos de comunicação locais. José Geraldo Maciel justificava a campanha de esclarecimento sobre

os benefícios de implantação da rede de esgoto como decorrente da resistência de moradores, notadamente os do Lago Sul. Como resultado disso, o GDF teve um prejuízo de Cr\$ 120 milhões de cruzeiros dado ao atraso de 30 dias no início dos levantamentos topográficos.

PUXADINHOS

O Código de Edificações de Brasília estabelece critérios rígidos para a colocação de toldos nos estabelecimentos comerciais dos setores comerciais locais sul e norte. Apesar disso, vários comerciantes não só desrespeitam estes critérios como chegaram mesmo a vedar totalmente a área, com treliças, bambus, manilhas e até muros de alvenaria, aumentando assim o espaço físico de seus estabelecimentos.

A prática deste expediente teve início há cerca de três anos e conta com certa tolerância da SVO. Algumas multas após a publicação de notícias sobre o assunto foram até hoje as medidas tomadas no sentido de corrigir esta infração, além de promessas até hoje não cumpridas do secretário José Carlos Mello de alterar o código neste item, preservando a passagem para o pedestre.

Estes, por sua vez, continuam protestando contra o fato de, em alguns lugares, serem praticamente obrigados a passar pelo meio da rua, uma vez que a calçada está totalmente tomada pelos estabelecimentos comerciais.